

Reunião de conciliação não soluciona impasse da lagoa

Continua sem solução o problema do aterro da Lagoa dos Frades — parte do complexo ecossistema que circunda o Centro de Convenções da Bahia — onde a Construtora e Incorporadora Engenhar pretende erguer um empreendimento imobiliário. Apesar de já ter sido notificada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), a direção da empresa continua se recusando a paralisar as obras, alegando não ter recebido ordem de embargo. Da demorada e conflituosa reunião de conciliação de ontem, o único fruto foi o compromisso de suspensão dos trabalhos durante aquele dia.

Para que se construam os prédios previstos pelo projeto na área, é necessário o aterro de parte da Lagoa dos Frades. De acordo com um minucioso trabalho feito durante quase 10 anos no local por um morador do STIEP, Pedro Lima, a lagoa é rota migratória de sete espécimes raras de aves, além de abrigar um rico conjunto de flora e fauna regionais. Temendo pelo desaparecimento dessa rota e pelos estragos que poderia sofrer o ecossistema, a comunidade denunciou o início do aterro da lagoa, solicitando do governo a interdição da obra.

NOTIFICAÇÃO

Tomando conhecimento do processo, o CRA emitiu notificação à empresa, determinando a suspensão dos trabalhos, até que fosse avaliada a extensão do impacto ambiental provocado na área pelo empreendimento, e emitido parecer do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam). As obras, porém, continuaram. O CRA, então, solicitou à Secretaria da Segurança Pública providências no sentido de garantir o cumprimento de sua decisão. Mas, antes da drástica medida, foi articulada uma reunião de conciliação, realizada ontem, na sede da empresa.

Do encontro participaram, além dos diretores da Engenhar, representantes dos moradores, dos grupos ambientalistas, da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Bahia, do CRA, da Câmara Municipal do Salvador e da Secretaria da Segurança Pública do Estado. Atuando como mediadores, o major Magalhães e o advogado Rubens Sampaio tentaram convencer o diretor da construtora, Luiz Bezerra, a suspender os trabalhos até que o Cepam — que deverá se reunir na próxima terça-feira — emitisse parecer sobre o problema, e o CRA pudesse, enfim, tomar uma decisão



Foto: Mara Mercia

A empresa garante manter a lagoa, mas ambientalistas resistem

definitiva frente à questão.

ARGUMENTOS

Dentre os argumentos levantados pela direção da empresa para continuar tocando a obra, o de que tinham licença da prefeitura e do Ibama, de que não haviam recebido ordem de embargo, e de que havia urgência em executar o desvio dos esgotos canalizados para a lagoa, uma vez que, cortado o fluxo do espelho d'água, devido à parte já aterrada, poderia ocorrer um extravasamento do repositório. O advogado Rubens Sampaio tentou fazer ver que estabeleça a Constituição federal ser de responsabilidade não só da União e do município, mas também do estado, a preservação do meio ambiente.

E mais, que a lei estadual do meio ambiente (3.858) especifica ser de competência do CRA a execução e fiscalização da política ambiental no estado, dando-lhe, através de dispositivo regulamentar, poderes para requisitar força policial, a fim de garantir o cumprimento de suas determinações, expressas, no caso, pela notificação emitida. Fez ver, ainda, que a Constituição estadual estabelece como áreas de preservação permanente, entre outras, os lagos, lagoas e nascentes existentes em centros urbanos, e que a Constituição federal determina que toda e qualquer atividade

potencialmente causadora de degradação ao meio ambiente deva ser precedida de um estudo de impacto ambiental — ainda em análise pelo CRA.

PERIGO DE CONFRONTO

A direção da empresa continuou arguindo a inexistência de embargo, afirmando que só suspenderia os trabalhos ao receber o documento. O major Magalhães ponderou ter o CRA respaldo legal para solicitar medida de força, o que poderia ser evitado, entrando as partes num acordo. Pediu, então, que a empresa esperasse até segunda-feira, e que o CRA agilizasse o processo, emitindo parecer até a data proposta, para evitar o confronto. Sobre o extravasamento do esgoto, os técnicos presentes consideraram pouco provável.

Depois de três horas de discussão, a direção da empresa resolveu que só suspenderia os trabalhos ontem. Temendo que durante o final de semana a construtora conclua o trabalho de aterramento — o que, consumado, estaria irremediavelmente perdida a luta pela preservação da lagoa —, os moradores prometem fazer vigília na área, para impedir a continuação das obras.